

Ordem Econômica inicia votação CORREIO BRAZILIEIRO na sexta-feira

As votações das subcomissões temáticas da Comissão da Ordem Econômica começarão na sexta-feira. Pela manhã, o relator da Subcomissão de Princípios Gerais e Intervenção do Estado na Economia, deputado Virgildálio Senna (PMDB-BA), fará a apresentação de seu relatório com as emendas sugeridas. A votação terá início às 14h30. Até o final da tarde de ontem o relator havia recebido um total de 350 emendas, algumas aditivas e outras supressivas.

Na Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária, a mesa decidiu colocar o anteprojeto final para ser votado no sábado. Além das 170 emendas apresentadas, o relator, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), recebeu também dois anteprojetos substitutivos: um do deputado Rosa Prata (PMDB-MG) e um outro do constituinte Francisco Sales (PMDB-RO). A validade desses substitutivos ainda não foi definida, mas há uma forte pressão junto ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para que eles possam ser votados pelos plenários das subcomissões.

O relator da Subcomissão da Questão Urbana e Transportes, deputado José Ulysses de Oliveira (PMDB-MG), informou que a votação em sua subcomissão deverá ser feita no domingo ou na segunda-feira. O prazo para o recebimento das emendas foi prolongado até amanhã às 20h e a mesa estimava um volume de sugestões próximo a 200. José Ulysses disse que o artigo propondo a extinção da enfiteuse já havia recebido 400 telegramas favoráveis à sua aprovação, especialmente moradores da cidade de Petrópolis, onde a família real ainda

mantém domínio sobre as terras urbanas.

MODIFICAÇÕES

O anteprojeto apresentado pelo relator Oswaldo Lima Filho, da subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária, recebeu várias modificações. Os constituintes ligados às entidades representativas dos latifúndios exigem a supressão da expressão "obrigação social" para definir os quesitos básicos do direito de propriedade rural. Alegam que o termo "obrigação social" é restritivo e fere de morte o direito da propriedade. Eles preferem que permaneça a expressão "função social", conforme estabelece o texto vigente da Constituição.

A segunda questão mais polemizada é com relação à desapropriação dos imóveis rurais. Alguns constituintes defendem que as benfeitorias devem ser pagas em dinheiro, cabendo aos proprietários dos imóveis desapropriados o recurso à Justiça para aumentar o valor fixado pelas autoridades federais.

Outra reivindicação refere-se ao limite máximo permitido para os imóveis rurais. Nas emendas constitucionais apresentadas, os constituintes sugerem que esse limite seja fixado em lei ordinária e não pela nova Carta Constitucional.

Na subcomissão de Princípios Gerais e Intervenção do Estado na Economia, as maiores divergências existentes entre os constituintes membros atêm-se a cinco temas: definição sobre o capital nacional; forma legal para a criação de novas empresas estatais; setores que devem continuar sob o monopólio do Estado; reserva de mercado e contratos para exploração de jazidas minerais.

Emendas procuram manter liberdade

Uma das preocupações mais marcantes entre os constituintes que até ontem à noite apresentaram 174 emendas ao relatório da subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, era a de evitar que segurança implique restrição da liberdade e que prevaleça o arbítrio.

Com esse propósito, há várias sugestões de abrandamento das limitações de direitos durante a vigência dos estados de defesa ou de sítio, e a ampliação da participação do Poder Legislativo nas decisões relativas à segurança. Um número expressivo de emendas pretende alterar a parte referente ao papel das Forças Armadas, limitando a sua atuação à defesa externa ou condicionando-a, na hipótese de ocorrer na ordem interna, à expressa autorização dos poderes constitucionais.

O Conselho de Segurança Nacional (CSN) é um outro item que interessa aos constituintes. O senador Iram Saraiva, por exemplo, propõe a sua extinção, enquanto o deputado Arnaldo Martins (PMDB-RO) amplia a sua composição, incluindo representantes do Congresso Nacional e até mesmo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

As atribuições da Polícia Federal mereceram também a atenção de muitos parlamentares. Alguns, como César Maia (PDT-RJ) e Fernando Brant (PMDB-MG), querem retirar do elenco de atribuições a censura de diversões públicas. Brant e Arnaldo Martins querem restabelecer a competência para prevenir e reprimir o tráfico de entorpecentes, e o deputado mineiro propõe ainda a supressão do papel da Polícia Federal de apurar infrações contra a ordem política, econômica e social.

Entre as emendas, há uma a favor do serviço militar facultativo — do senador Iram Saraiva — e outra

do serviço militar obrigatório para homens e mulheres — do senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA). A criação do Ministério da Defesa, a eliminação do Estado de Defesa, a extinção do Serviço Nacional de Informações e a fixação de um teto para as despesas das Forças Armadas são outras propostas. Dois constituintes — Carlos Cardinal (PDT-RS) e Délio Braz (PMDB-GO) apresentaram uma outra preocupação: o primeiro quer estabelecer que compete à União autorizar, fiscalizar, limitar a produção e comercialização de material de emprego militar, armas e explosivos, e o segundo pretende proibir a autorização do estabelecimento, em qualquer parte do território nacional, de bases militares estrangeiras e artefatos bélicos que colocuem em risco a paz mundial.

A Subcomissão de Sistema Eleitoral e Partidos Políticos recebeu 212 emendas, entre elas três do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP). Ele quer que as candidaturas a cargos eletivos sejam definidas através de eleição direta dos filiados ao partido com mais de um ano de inscrição, e que seja impedida a formação de partidos estaduais e municipais. A subcomissão terá que examinar ainda propostas de manutenção das eleições proporcionais, proibição de reeleição do presidente, governador e prefeito para o mesmo cargo em período seguinte, e o estabelecimento de norma, segundo a qual os analfabetos, somente deverão votar para vereador e prefeito.

Apenas 56 sugestões foram apresentadas à Subcomissão de Garantia da Constituição, Reforma e Emendas, e algumas, como a do relator da Comissão de Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, deputado Prisco Viana (PMDB-BA), querem impedir a criação do Tribunal Constitucional.